

Pós-fácio

Rui Alexandre Grácio

Tal como é apresentado nos ensaios que compõem o presente volume, o fenómeno da gafe — perspectivado do ponto de vista discursivo e da circulação de enunciados no espaço mediático da política — funciona não só segundo os dois procedimentos de base inerentes ao perspectivismo retórico (a saliência e a filtragem), como está ainda ligado ao poder — nomeadamente por parte dos jornalistas — da classificação dos factos. Este poder, profundamente ambivalente, mas fundamental em termos do enquadramento que conduz, e convida, a interpretar de certo modo, revela-se como fundamental na dimensão arbitral da vigilância discursiva.

Importa pois notar que, independentemente da eventual aparência de objetividade, a arbitragem especializada dos jornalistas nunca é neutra. Com efeito, ela tanto pode reafirmar, no seu ajuizar, o valor das “crenças fundadoras” do campo, como pode intervir politicamente ao ajudar a criar estigmas e ao contribuir para a degradação da imagem pública dos vigiados, neste caso, os actores políticos. Em qualquer dos casos, o jornalista emite juízos de valor, juízos cuja formação começa na própria seleção daquilo que é considerado relevante levar ao público de uma forma categorizada. Por isso é reiterado, num dos ensaios, que a classificação de gafe tem não só uma função argumentativa, como, mais latamente, envolve um funcionamento axiológico que convoca valores e orienta na produção do juízo. Dito de outro modo a classificação

de algo com gafe remete para o poder discricionário de um meta-discurso moral que tende, por um lado, a ficar oculto enquanto instância normativa e, por outro, a transparecer apenas pela atratividade que a espetacularização do seu impacto mediático é capaz de produzir.

Aliás, a classificação de gafe (e a sua fabricação mediática) tanto pode ser realizada para trazer um olhar benevolente e desonerador a um momento em que, por alguma razão, acontece uma transgressão ou um desvio aos parâmetros do que é considerado como expectável, aceitável e normal no respetivo género discursivo (podendo até acontecer, como sugerido num dos ensaios, que esse modo de lidar com as coisas é susceptível de conduzir a um abastardamento do discurso político, levando à banalização do ridículo e a uma complacência mole perante o inaceitável e o repudiável), como pode ser utilizada para crucificar a pessoa que cometeu um “pecado da língua”, lançando suspeitas sobre o seu carácter e as disparidades entre pensamento íntimo (aquilo que supostamente pensa verdadeiramente) e discurso público politicamente correto.

Com efeito, no campo político, a questão da gafe põe em jogo a imagem pública dos atores políticos. Ela é susceptível de aproveitamentos que mexem com o *ethos* dos atores e que os expõem ao julgamento da moral pública.

Toda a sociedade tem os seus interditos e os seus mecanismos de vigilância, havendo sempre zonas cinzentas propícias a jogar com o par ser/aparência. A comunicação retórica encontra aí todo o seu poder.

No caso nas gafes, elas são vistas, nos ensaios reunidos neste volume, como relevantes objetos do estudo discursivo, o que constitui uma original proposta e nos abre a uma instigante área de pesquisa, sem dúvida de valor acrescentado para uma literacia dos meios de comunicação social, neste caso coadjuvada pelos contributos dos estudos discursivos.

Alinhando as reflexões propostas com a pesquisa de Dominique Maingueneau sobre as “frases sem texto”, mas também de outros investigadores, aquilo de que se trata neste livro é de assinalar não

só a forma como as gafes são construídas mediaticamente nas manchetes jornalísticas (ou seja, salientando-se o que do ponto de vista disfórico é mais impactante, deslocando-se o contexto e filtrando elementos contextuais que poderiam diminuir, ou mesmo fazer desaparecer, esse impacto), mas também de mostrar como o fenómeno da gafe intervém no jogo político, se estende ao plano do juízo moral e é interferente com os mecanismos de construção da imagem pública, tão decisiva em política.

Um aspeto relevante sugerido por este livro é o da articulação entre gafes e ideologia, aspeto que permite olhar a gafe como um fenómeno voluntariamente biface. Neste sentido, a gafe pode estar ao serviço de uma utilização política e ideológica pelo menos dúplice: por um lado, ela introduz choques com os padrões dominantes do discurso político, choques cuja insistência e repetição tendem a criar espaço de permissividade e de coexistência com o que anteriormente era repudiado (ou seja, ganha espaço, poluindo o espaço); por outro lado, a gafe pode permitir fomentar o contacto com a comunidade discursiva daqueles que, descrentes com a política, são tocados no seu desencantamento por frases que parecem dar voz à ebulição de um silêncio que se satisfaz com expressões radicais, destemidas perante a crítica pública e seguras das promessas que acalentam (por mais enviesadas que sejam). Não podemos, neste sentido, deixar de nos indagar sobre a relação entre gafes e populismo.

Para finalizar este posfácio em jeito de reflexão, cumpre dizer que, após a leitura dos textos reunidos neste livro, um olhar suspeito se lança sobre o alcance do fenómeno da gafe na sua exploração mediática e nas suas repercussões nas esferas política, axiológica e moral. Mas, se os autores levantam essa suspeita, eles abrem também, através das análises concretas que nos propõem, caminhos possíveis que permitem desconstruir esse fenómeno e refinar sobre ele o nosso olhar crítico.